

MENSAGEIRAS CONFIÁVEIS

um guia para a cobertura do
projeto político de mulheres negras





EQUIPE EXECUTIVA

Mulheres Negras Decidem

Coordenação Política

Tainah Pereira

Coordenação de Comunicação, Projeto e Editorial

Adriane Primo

Coordenação de Lideranças e Cuidados Coletivos

Fabiana Pinto

Revisão

Adriane Primo

Fabiana Pinto

Tainah Pereira

Colaboração

Lisandra Bernardino

Richelle Costa

Aisha Cândido

Stephane Ramos

Projeto Gráfico, Ilustração e Diagramação

Thaynná Bastos

EQUIPE TÉCNICA

Revista Afirmativa

Coordenação de Pesquisa e Redação

Jamile Novaes

Joyce Souza Lopes

Coordenação de Produção

Alane Reis

Jéssica Ipólito

Revisão

Alane Reis

Andressa Franco

APOIO NA IMPRESSÃO

Fundação Rosa Luxemburgo

APOIO

Instituto Ibirapitanga

SUMÁRIO

- 01** Apresentação
- 02** Do enfrentamento ao racismo à defesa de Reparação e do Bem Viver: a construção do Projeto Político de Mulheres Negras no Brasil
- 03** As mídias negras e a comunicação feminista negra frente às disputas de poder político-institucional
- 04** Desafios da arquitetura política e estratégias de jornalismo para o fortalecimento da participação de mulheres negras nos espaços de tomada de decisão
- 05** Estudos de caso: a disputa de narrativa sobre mulheres negras na política
- 06** Referências



01. APRESENTAÇÃO

Comunicar é disputar poder. Esta cartilha é resultado dos acúmulos de aprendizados que reúne reflexões, análises e experiências sobre a atuação política de mulheres negras no Brasil, com ênfase nas estratégias de comunicação e nos enfrentamentos que marcam suas trajetórias nos espaços de poder institucional.

Fruto de pesquisa, escuta e da articulação entre o movimento Mulheres Negras Decidem e a Revista Afirmativa, o material visa contribuir com uma cobertura jornalística mais ética e sensível aos desafios e às potencialidades do projeto político das mulheres negras. Para além disso, é voltado a comunicadoras, jornalistas, educadoras, ativistas, assessoras e todas as pessoas interessadas em aprimorar sua prática comunicacional com relação às disputas de poder protagonizadas a partir das vivências, estratégias e formulações políticas das mulheres negras.

Segundo o relatório *“Race and Leadership in the News Media 2021: Evidence from Five Markets”*, do Reuters Institute for the Study of Journalism, não há pessoas negras no comando dos jornais, portais e emissoras da mídia hegemônica no Brasil. Esse dado reforça a urgência de iniciativas que ampliem a presença de narrativas negras na mídia e questionem a centralidade branca nas decisões editoriais mainstream.

No estudo da Comunicação Política, que versa sobre um conjunto de práticas integradas, o jornalismo se configura como um dispositivo do campo da ação política que auxilia na construção simbólica dos perfis que regem o sistema político e na construção da opinião pública acerca das agendas políticas. Neste sentido, os modos como narramos os fatos, escolhemos as fontes, enquadrados as imagens e textos e distribuimos as falas interferem diretamente na construção dos imaginários sociais e nas possibilidades de acesso a direitos.

Neste contexto, a comunicação não é apenas uma ferramenta técnica, mas sim, um campo de enunciação, reconhecimento e existência, que se afirma como método de incidência política e como uma dimensão fundamental das lutas por justiça social.

Boa leitura!

02. DO ENFRENTAMENTO AO RACISMO À DEFESA DE REPARAÇÃO E DO BEM VIVER: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

As décadas de 1970 e 1980 marcaram o intenso processo político de redemocratização do Brasil, com o surgimento ou fortalecimento de uma série de organizações da sociedade civil, entre elas feministas e feministas negras. Grande parte das referências históricas sobre a formação dos movimentos de mulheres e mulheres negras contemporâneos demarca este período enquanto determinante para a estruturação do feminismo negro brasileiro, com fortes referências à onda vinda dos Estados Unidos.

No entanto, a perspectiva de *amefricanidade* empreendida por Lélia Gonzalez, entre outros aspectos, nos convoca a rever as narrativas sobre as protoformas do projeto político das mulheres negras no território nacional, que tem tanta relação com a estruturação do Movimento Negro no Brasil, quanto com o processo de dissidência do feminismo genérico - leia-se “branco” - e formação do feminismo negro.

Mais do que uma categoria geográfica para qualificar as trocas entre o Sul Global, *amefricanidade* é uma perspectiva política e ideológica conforme o reconhecimento da relevância da cosmovisão africana e dos povos originários na construção de identidades e da cultura no território renomeado pela ativista e intelectual antropóloga como *América Ladina*. Nesses termos, para além das narrativas centradas na Europa ou no Norte, tomemos nota das organizações políticas, dos movimentos de ruptura e dos acúmulos políticos que antecederam, ou se fizeram base, pro surgimento de centenas de organizações de mulheres negras no Brasil nos últimos 50 anos.

Para início de conversa, podemos citar algumas das iniciativas de mulheres negras ou sob a liderança de mulheres negras ainda no período colonial:

- **Quilombo do Quariterê**, formado na segunda metade do século XVIII, em Rondônia. Por volta de 1750, Tereza de Benguela assumiu a liderança mediante o assassinato de seu companheiro, José Piolho, se destacando por governar a estrutura política que abrigava negros, indígenas e miscigenados, com estratégias econômicas, militares, de saúde e educação. A comunidade resistiu aos ataques do império português por duas décadas, até o assassinato da rainha em 25 de julho de 1770 - data marcada como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra a partir de 2014 no Brasil.

- **Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte**, datada de 1838, em Cachoeira-BA, fundada e mantida por mulheres negras que sincretizaram a religiosidade de matriz africana às práticas católicas enquanto uma das estratégias de resistência à escravidão, assim como foram responsáveis pela compra de alforrias a partir da venda de alimentos produzidos, pela consolidação de redes de solidariedade entre mulheres negras e, ainda atualmente, pela preservação da memória e cultura afro-brasileira, portanto reconhecidas Patrimônio Imaterial da Cultura em 2010.

- **Casa das Mina ou Querebentã Toi Zomadonu**, entidade afro-religiosa de mulheres negras fundada em São Luís-MA na década de 1840, aproximadamente. A rainha Nã Agontim, da família real de Daomé, foi trazida escravizada, rebatizada como Maria Jesuína, e estabeleceu o culto aos voduns respeitando a tradição matriarcal que trouxe do Benim, sob governança e incorporação exclusiva de mulheres (vodunsis). A organização foi tombada em 2002 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹Saiba mais em: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/dossie-reverso-boa-morte/>

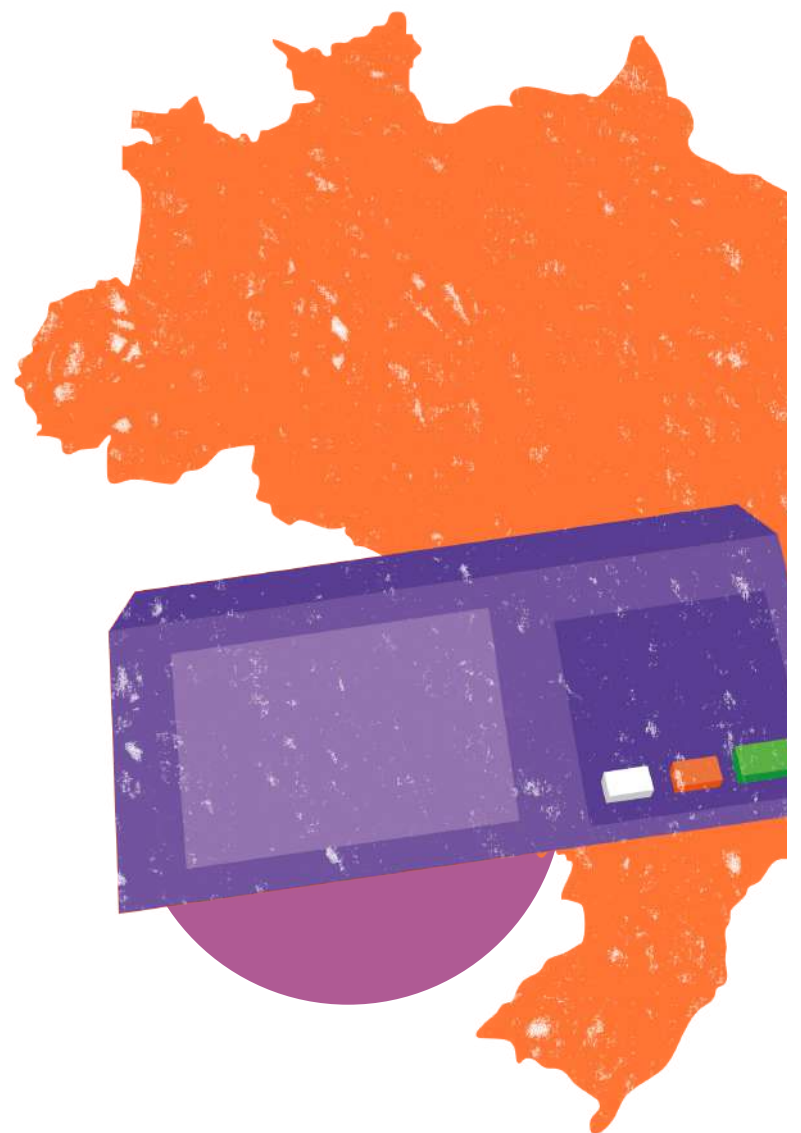
A organização política de mulheres negras ocorreu de diversas formas ainda no período colonial², seja na luta pela liberdade e autonomia financeira; na fundação, gestão e manutenção de quilombos; ou na garantia da preservação da cultura e religiosidade de origem africana, deixando um legado de resistência e estratégias políticas que não só inspiraram gerações futuras, como garantiram sua existência e continuidade.

No período seguinte ao regime escravocrata, as mulheres negras deram continuidade ao fazer político e contribuíram com a fundação de organizações da primeira fase³ do Movimento Negro no Brasil, ainda que muito pouco reconhecidas e alijadas de posições de lideranças. A esta altura, sem qualquer iniciativa estatal que garantisse os mínimos sociais necessários à sobrevivência da população negra e inserção na atual estrutura trabalhista, econômica e política, as principais organizações negras foram caracterizadas por ações de alfabetização, comunicação, participação em espaços desportivos, criação de clubes e agremiações recreativas e reprodução de práticas assistencialistas. Além do teor extremamente sexista, esta fase foi marcada pelos princípios ideológicos do nacionalismo negro e práticas de assimilação racial e integracionismo.

Entre as iniciativas, podemos destacar dois marcos: o fortalecimento da imprensa negra no pós-abolição, com jornais de produção negra nos centros urbanos, em especial em São Paulo, que em 1930 contava com a circulação de no mínimo 31 agências dessa natureza; e a fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931, considerada a maior e mais importante instituição negra no pós-abolição, com células em várias partes do país, atraindo milhares de pessoas negras que se organizavam para manutenção de escolas, grupos de teatro, atividades beneficentes e recreativas, formação política e também imprensa negra, a partir do lançamento do jornal *A Voz da Raça*, em 1933, um órgão de reivindicação jornalística e política, instaurando o caráter de contra-narrativa da comunicação negra.⁴

A Frente Negra Brasileira tornou-se o primeiro e até então o único partido político formado por pessoas negras, em 1935, mas foi extinto no ano seguinte pelo regime ditatorial estabelecido pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, conforme todos os partidos políticos então existentes no país.

As produções da época expressavam as narrativas dos “homens de cor”, que pautavam uma concepção de família e de lugar da mulher extremamente machista, opressora e estereotipada. Afinal, podia a mulher negra falar? Antonieta de Barros, Almerinda Farias Gama e Laudelina de Campos Melo estiveram entre as poucas que sim, dissidentes frente ao predomínio absoluto dos homens na imprensa negra, seja nos cargos de chefia, redação, ou no corpo de colaboradores. Contemporâneas, mas de regiões distintas do Brasil, além de publicarem suas produções narrativas nos jornais da época, registraram os seus nomes nos anais da história, sobre os prenúncios do feminismo negro no Brasil.



²Saiba mais em: <https://www.geledes.org.br/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram-contra-escravidao>

³Conforme datação de Petrônio Domingues (2007): 1ª fase - da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937); 2ª fase - da Segunda República à ditadura militar (1945-1964); 3ª fase - do início do processo de redemocratização à República Nova (1978-2000).

⁴Bastide, Roger. *A imprensa negra do Estado de São Paulo*. Boletim de Sociologia (2), São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1951.

• **Almerinda Farias⁵ (1899 - 1999)**, nascida em Maceió-AL, foi advogada, datilógrafa, sindicalista e liderança partidária. Em 1919 teve seu texto “O Milagre de Natal” premiado em 3º lugar no concurso do jornal Estado do Pará; ainda muito jovem, escreveu crônicas para o jornal A Província, do Pará, na década de 1920; e em 1930 inaugurou a sessão “Perspectivas” em O Jornal, no Rio de Janeiro. Em 1929 filiou-se à Federação Brasileira pelo Progresso da Mulher (FBPM) e iniciou sua trajetória em defesa da emancipação feminina, igualdade salarial e sufrágio universal, tornando-se uma das pioneiras do feminismo no país. Em 1935 fundou a Ala Moça do Brasil, no Rio de Janeiro, uma associação política com o objetivo de enfrentamento ao clientelismo, promoção da renovação política e formação de eleitores.

Almerinda foi uma das fundadoras e dirigente do Partido Socialista Proletário do Brasil, em 1934, mas, no mesmo ano, se candidatou a deputada pela legenda Decreto ao Direito ao Trabalho (Congresso Master) e não foi eleita. Seu texto de campanha era: “Advogada consciente dos direitos das classes trabalhadoras, jornalista combativa e feminista de ação. Lutando pela independência econômica da mulher, pela garantia legal do trabalhador e pelo ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus”.

• **Antonieta de Barros⁶ (1901 - 1952)** nasceu em Florianópolis-SC, onde fundou e dirigiu o jornal “A Semana” entre 1922 e 1927, além de publicar pautas sobre raça e gênero, especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres no acesso à educação e à participação política. Como professora, incidiu na educação, quando em 1922 fundou o Curso Particular Antonieta de Barros, voltado para alfabetização de adultos, populações carentes e emancipação das mulheres, sobretudo negras, mantido por 30 anos, até o seu falecimento em 1952. Em 1937 Antonieta de Barros publicou o livro “Farrapos de Ideias”, assinado com seu pseudônimo Maria da Ilha, uma obra com crônicas e textos jornalísticos que publicou no Jornal “A República” na década de 1930.

Antonieta de Barros foi pioneira no jornalismo, assim como na política, tornando-se a primeira representante feminina negra no Poder Legislativo na América Latina, eleita deputada estadual de Santa Catarina em 1934. Usou seu mandato para tratar especialmente de temas como acesso à educação, combate ao racismo e emancipação feminina, sendo lembrada enquanto proponente da Lei n.º 145/1948, que estabeleceu 15 de outubro o Dia do Professor e feriado escolar⁷. Em 1963 a data foi oficializada no país inteiro por decreto federal.

• **Laudelina de Campos Melo⁸ (1904 - 1991)**, natural de Poços de Caldas-MG, foi sindicalista e liderança do Partido Comunista do Brasil, filiada em 1936. Pioneira na luta por direitos de trabalhadoras e trabalhadores domésticos/os no Brasil, na década de 1920 contribuiu com a cobertura desta pauta para o jornal negro O Clarim d'Alvorada. Desde muito jovem atuou em organizações negras, como clubes e agremiações e criou o Departamento de Colocações Domésticas na Frente Negra Brasileira, uma espécie de agência de emprego, formação política e defesa de direitos trabalhistas para mulheres negras. Em 1936 fundou a Associação de Trabalhadores Domésticos do Brasil, em Santos-SP, primeira iniciativa do movimento sindical da/os doméstica/os no país. Laudelina lutou pela inclusão da categoria na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, o que ocorreu apenas em 2013 com a Emenda Constitucional n.º 72/2013, a PEC das Domésticas - que reconhece a igualdade de direitos entre empregados domésticos e demais trabalhadores.

“Laudelina evidenciava uma percepção sobre o quanto as relações étnico-raciais eram hierárquicas na política. Organizações ligadas aos partidos de diferentes vertentes ideológicas não conferiam a devida importância à luta contra o racismo. Ao afirmar que os políticos brancos desapareciam após as eleições, Laudelina sinalizava a importância de que mulheres e homens negros assumissem o protagonismo para lutar pelas mudanças desejadas. Assim, Laudelina buscou na política partidária um espaço para atuar em prol dos seus ideais” (MÉNDEZ & LIN, 2023, p. 20).

⁵Saiba mais: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=22708>

⁶Saiba mais em: <https://www1.udesc.br/?id=2678>

⁷No estado de Santa Catarina, em referência à primeira grande lei educacional promulgada no Brasil, o decreto imperial de 15 de outubro de 1827, com a determinação da criação de escolas em todas as cidades, vilas e lugares populosos do Império e os seus parâmetros de funcionamento.

⁸Saiba mais em: https://www.ufrgs.br/lhiste/wp-content/uploads/2022/06/laudelina_digital_final2024.pdf#:~:text=brasileira%2C%20Jornal%20Clarim%20da%20Alvorada.%20dona%20nina.o%20baile%20do%20Concurso%20p%C3%A9rola%20negra%2C%20que

Da Segunda República à Ditadura Militar (1945-1964), período que compreende a segunda fase no Movimento Negro no Brasil, a organização ou participação política das mulheres negras teve relação direta com a estratégia de denúncia do mito de democracia racial: a ruptura com as ilusões do integracionismo, e as conexões entre racismo e sexismo tomavam corpo a partir da estruturação do feminismo negro, marcado especialmente pela criação do

Conselho Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro em 1950, por ativistas vinculadas ao Teatro Experimental do Negro (TEN). Segundo a deputada federal Benedita da Silva (2022)⁹: "Numa época em que o feminismo era predominantemente branco, o Conselho Nacional das Mulheres Negras não apenas estimulou, mas deixou como legado a fortalecimento do movimento feminista negro".

• **Maria de Lourdes Vale Nascimento¹⁰ (1924-1995)** foi a liderança que fundou o Conselho, assim como foi co-fundadora do TEN em 1944, embora não tão reconhecida quanto Abdias Nascimento, seu esposo na época. Foi educadora, assistente social e jornalista - criou a coluna "Fala a mulher" no Jornal Quilombo, veiculado pelo TEN entre 1948 e 1950. A defesa dos direitos à educação, em especial a alfabetização, e a luta pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas seguiram centrais para agenda política de mulheres negras, representadas também por Maria Nascimento, que em sua prática política e narrativa denunciou questões como o racismo sofrido pelas babás, a subnutrição e mortalidade das crianças negras, os direitos reprodutivos das mulheres negras, a violência policial, ou o trabalho infantil das crianças nos morros e nos subúrbios do Rio de Janeiro.

O período foi marcado pela violenta repressão política do Estado Novo e esta fase do movimento negro não teve o mesmo poder de aglutinação da anterior, segundo Petrônio Domingues (2007). Para piorar, o golpe militar de 1964 desmantelou a coalizão de organizações negras articuladas contra o "preconceito de cor" no país e o movimento entrou em refluxo, com atuação em semi clandestinidade sob acusação de incitação de enfrentamento a um problema inexistente no Brasil. Ora, o Estado brasileiro investiu massivamente na ideia de democracia racial, já que aqui não existiu um regime explicitamente oficializado de segregação racial, tal como o Apartheid.

Com a propaganda brasileira sobre o seu modelo de política racial pelo mundo, ao longo da década de 1950 a UNESCO investiu em inúmeras pesquisas sobre relações raciais no Brasil, considerado um "laboratório de democracia racial" em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial. No entanto, constatou-se o mito de democracia racial, denunciado por diversas expressões do movimento negro, bem como o projeto ideológico de "genocídio do povo negro", classificado assim por Abdias Nascimento, umas das principais referências do movimento negro.



⁹Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/50-anos-do-conselho-nacional-de-mulheres-negras-e-a-luta-pelos-direitos-das-domesticas.cead039ce0c07221564816d4a-8d2b3937in0hq42.html#:~:text=A%20regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20do%20of%C3%ADcio%20das,mineira%20Laudelina%20de%20Campos%20Melo&text=H%C3%A1%2072%20anos%2C%20no%20dia,igualdade%20entre%20homens%20e%20mulheres.>

¹⁰Saiba mais em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/62337/42545>

A perspectiva de genocídio¹¹ deu-se pelo reconhecimento do racismo na formação social brasileira e seus impactos diretos na existência negra, seja pelo não acesso às políticas de trabalho e renda, saúde, habitação, saneamento básico ou segurança pública; seja pelo empreendimento da política de embranquecimento da população via miscigenação, com recursos narrativos de louvação da mistura racial e medidas pragmáticas de aumento da população branca, como a distribuição de terras no sul do país para imigrantes europeus.

A partir da retomada das atividades da sociedade civil organizada na década de 1970, demarca-se a terceira fase do movimento negro, com destaque para fundação do bloco afro Ilê Aiyê, em 1974; do Movimento Negro Unificado, em 1978; e a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras na cidade de Valença-RJ, em 1988. Feministas negras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento produziram obras de grande impacto para o movimento de mulheres negras, que se fortalecia com a disputa de narrativa contra o mito da democracia racial e suas dimensões relacionadas ao sexismo.

- **Lélia Gonzalez (1935 - 1994)** nasceu em Belo Horizonte-MG, foi professora, filósofa e antropóloga, cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN - RJ) e do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, do qual foi a primeira coordenadora. Foi candidata a deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores em 1982, e a deputada estadual pelo PDT em 1986, mas não foi eleita e ficou suplente em ambos os pleitos. Em defesa de um feminismo afro latino americano, Lélia produziu artigos para o jornal feminista *Mulherio*, que circulou entre 1981 e 1988, abordando temas como mito de democracia racial; miscigenação; as relações entre raça, gênero e classe; e a condição da mulher negra no Brasil.

Lélia Gonzalez (1988): “[...] o primeiro passo que a mulher negra dá, em termos de conscientização, tem a ver com a luta contra o racismo, posto que não só ela, mas seus filhos, irmãos, parentes, companheiro, amigos e conhecidos dele são vítimas. Depois é que ela saca o lance do sexismo. Sua participação nos movimentos negros foi e tem sido cada vez mais intensa, da maior significação. Quando a gente anda por este Brasil afora e conhece os movimentos negros regionais, uma coisa se evidencia com a maior clareza: a presença

crecente, e muitas vezes majoritária, do mulherio. E, ainda mais, dá pra perceber que as lideranças desses movimentos, em muitos casos, é dela, mulher negra. O que não é de espantar, pois, enquanto setor mais explorado e oprimido, e consciente disso, ela vê muitas coisas do sistema não só na sua estratégia de exploração dos trabalhadores, mas enquanto organização racista e sexista. Consequentemente, sua luta se dá em três frentes, e, quanto mais desenvolve sua prática em termos de movimento, mais sua lucidez e sua sensibilidade se enriquecem”.¹²

- **Beatriz Nascimento (1942 - 1995)** nasceu em Aracaju-SE, foi historiadora, professora, roteirista e poeta. Fundou o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN - RJ) em 1975, e o Grupo de Trabalho André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1981. Rompeu com vários aspectos da historiografia tradicional e produziu sobre a formação dos quilombos no período colonial e sua referência enquanto simbologia de resistência negra produzida na diáspora para além de um conceito geográfico ou temporal; bem como abordou sobre a situação da mulher negra, em que pese os estereótipos, a sexualidade, a afetividade e o mercado de trabalho. O documentário *Ôrí*, lançado em 1989, é uma das suas obras mais expressivas, a qual narra a reestruturação do movimento negro entre as décadas de 1970 e 1980 e a relação entre Brasil e África, com a perspectiva de quilombo como eixo central. Ao afirmar “Eu Sou Atlântica”, Beatriz, assim como Lélia, reivindica a conexão entre África e América Latina enquanto a experiência determinante para construção da identidade negra na diáspora.

Após o período da efervescência dos movimentos feministas no Brasil, como também em toda a América Latina, a década de 1980 foi determinante para consolidação do feminismo negro e do movimento de mulheres negras, com destaque para a abordagem da interseccionalidade de opressões de raça, gênero e outras dimensões, não contemplada tanto pelo feminismo hegemônico, quanto pelo movimento negro - a principal razão de rupturas organizacionais, seja pela perspectiva de gênero ou de raça, que condicionou o surgimento de diversos grupos de mulheres negras em todo o país, bem como a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, realizado na cidade de Valença-RJ, em 1988.

¹¹NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

¹²RIOS, Flavia; LIMA, Márcia; GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2020.



O I Encontro Nacional de Mulheres Negras nasceu da necessidade constante de nossa ORGANIZAÇÃO. Contudo, nós Mulheres Negras estamos nos organizando, pois entendemos que além de Mulheres Negras somos cidadãs, crianças e trabalhadoras e estamos tendo nossos direitos usurpados por este Modelo Econômico que já tem muito e exclui todos aqueles que realmente produzem a riqueza deste país, alugando nossa força de trabalho em troca de um salário que nos nega os direitos básicos de cidadãos. Todas nós Mulheres Negras devemos entender que somos fundamentais neste processo de transformação reivindicando uma sociedade justa e igualitária onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas”

- Trecho do Boletim Informativo do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988)

O Encontro marcou a agenda política racial e de gênero conforme o estabelecimento da estratégia de articulação em rede, com cerca de 450 ativistas de 17 estados brasileiros e encontros prévios realizados em várias regiões do país ao longo de aproximadamente um ano; bem como pela ampla abordagem de diversos aspectos que incidem sobre a vida das mulheres negras. No temário elencado pela comissão organizadora constou “as mulheres negras e”: organizações da sociedade civil; trabalho; educação; legislação; mito da democracia racial; ideologia do embranquecimento; sexualidade, meios de comunicação; arte e cultura; história da África e do Brasil; políticas de controle de natalidade; saúde; violência; estética; sexismo. Cada um dos títulos contou com uma sinopse sobre os tópicos a serem desenvolvidos pelo grupo de trabalho responsável pela temática.

O rol de atividades e discussões evidenciaram a imaginação radical, bem como a sofisticação analítica e estratégica, características dos movimentos de mulheres negras, que, entre as décadas seguintes, incidiram diretamente na defesa da institucionalização de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de gênero, em contexto nacional e internacional. Nesse sentido, podemos citar três agendas elementares para o projeto político em defesa:

- I Encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas: Conferência internacional realizada na República Dominicana entre os dias 19 e 25 de julho de 1992, em resposta às tensões raciais desencadeadas nos encontros feministas realizados anteriormente, com o objetivo de discutir os temas relacionados às mulheres negras e a necessidade de espaços institucionais transnacionais na região. Foi criada a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora (RMAD) e estabelecido o dia 25 de julho como o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) no mesmo ano. A data visa dar visibilidade à luta dessas mulheres contra o racismo e sexismo. No Brasil, também se celebra o dia Tereza de Benguela e da mulher negra, como mencionado anteriormente.

- III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela Organização das Nações Unidas na África do Sul, em 2001. Para participar e incidir nesta agenda que ficou conhecida como “Conferência de Durban”, as mulheres negras fundaram, nos anos 2000, a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), a partir da convocação de três iniciativas: Criola (Rio de Janeiro), Geledés - Instituto da Mulher Negra (São Paulo) e Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras (Rio Grande do Sul), que impulsionaram outros coletivos de mulheres negras a participarem. A AMNB foi determinante para a garantia de conquistas legais protocoladas entre os países participantes e corrobora com o protagonismo das mulheres negras na luta contra o racismo patriarcal de modo geral.

- Encontro Ibero-americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes, também conhecido como Afro XXI, realizado pela ONU em 2011, em Salvador-BA. O objetivo do encontro era debater e propor novas estratégias para o avanço da igualdade racial e o combate ao racismo na região ibero-americana. Para além da importância do documento gerado com propostas e recomendações para os países participantes, um grande marco deste encontro para as mulheres negras é a proposição de realização da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, apresentada por Nilma Bentes, engenheira agrônoma e ativista co-fundadora do Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA).

O Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras foi lançado em 2013 durante a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), formado por organizações como a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq), a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), o Movimento Negro Unificado (MNU), entre outras. No dia 25 de julho de 2014, foi publicado o Manifesto da Marcha das Mulheres Negras, documento que denunciava a ação sistemática do racismo e do sexismo, negligenciada pelo Estado, pondo em xeque a vida de mulheres negras.

Em 18 de novembro de 2015, cerca de 100 mil mulheres negras de todos os cantos do Brasil se encontraram em Brasília, na primeira Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, um dos principais marcos do movimento feminista negro no Brasil e na América Latina. O projeto político das mulheres negras foi colocado nas ruas, sistematizado na Carta da Marcha, na qual se define o Bem Viver como: “a tradução da sabedoria milenar que herdamos de

nossas ancestrais, que funda e constituí as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os). [...] que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros”.

O movimento de mulheres negras têm reivindicado, especialmente nas duas últimas décadas, a participação política e protagonismo de mulheres negras nos espaços de tomada de decisão a partir do alinhamento ideológico de quem reconhece o racismo patriarcal enquanto principal fator para a sub-representatividade e impeditivo para o exercício da democracia. Especialmente a partir da Eleições Gerais de 2018 se expressam os efeitos desta incidência marcada sobretudo pela disputa de narrativa empreendida na Marcha de Mulheres Negras em 2015, com a defesa expressiva da paridade de raça e gênero na política institucional; e pela resignificação do assassinato de Marielle Franco¹³, com a perspectiva de cultivar não só a memória da vereadora, como também seu fazer político no campo institucional.

A partir destes marcos ocorre a formação do ecossistema¹⁴ em defesa da participação política de mulheres negras e enfrentamento à Violência Política de Raça e Gênero, conforme a criação de projetos ou

fundação de organizações feministas negras, tais como o Movimento Mulheres Negras Decidem (2018); Instituto Marielle Franco (2018); Fórum Nacional Marielles (2019); Campanha Eu Voto em Negra (2019), da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco; Observatório Feminista do Nordeste (2020); e Projeto Pretas no Poder (2021), do Odara - Instituto da Mulher Negra.

Assim como a candidatura de Marielle Franco em 2016 foi impulsionada pelo movimento da Marcha, nas eleições seguintes houve o aumento expressivo de candidaturas de mulheres negras e em 2018 e 2022 o número recorde de negras eleitas para o Congresso Nacional, as “sementes de Marielle”. Benedita da Silva deixou de ser a primeira e única mulher negra de esquerda na Câmara dos Deputados¹⁵, condição estabelecida por três décadas - desde 1986, quando eleita para composição da Assembleia Constituinte de 1988.

“O primeirismo é uma contradição. A gente tem que estar lá, seja como for, a gente tem que estar [no Parlamento]. Mas as mulheres negras, principalmente, todas elas, é a primeira vez. Nós, mulheres negras, somos a maioria da população brasileira, mas estamos sempre no lugar do “pioneirismo”. Eu quero ser incontável, nós somos maioria.”

- Benedita da Silva

Em referência aos avanços, conquistas e ao marco de uma década, em 2024 foi lançada a convocação para a Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, a 2ª Marcha Nacional (de caráter global) das Mulheres Negras. Os movimentos de mulheres negras do Brasil, articulados com organizações e mulheres negras da diáspora, fortalecem o protagonismo negro e feminino, além de promover o engajamento coletivo na construção desse movimento histórico marcado para acontecer no dia 25 de novembro de 2025, em Brasília-DF.

¹³No dia 14 de março de 2018, a vereadora do Psol-RJ e seu motorista Anderson Gomes foram assassinados no bairro do Estácio, no centro do Rio de Janeiro. O carro que estavam foi alvejado a tiros com armas de grosso calibre. Ativista negra defensora dos direitos humanos, em um ano e dois meses de mandato, Marielle fez a defesa de agendas caras para os movimentos sociais, como desarmamento da guarda municipal, direito à cidade, direito das pessoas LGBTQ+ e mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴Protagonizado por organizações políticas de mulheres negras, junto a outros coletivos aliados, a citar: Instituto Alziras; Instituto Update; Instituto OxFam Brasil; Rede A Ponte; Elas no Poder; Frente Nacional de Mandatos e Mandatos Coletivos; Instituto Lamparina; Rede de Feministas Anti Proibicionistas (RENFA); A Tenda das Candidatas; Revista Afirmativa; Plataforma dos Movimentos Sociais por outro Sistema Político; VoteLGBT+, entre outros.

¹⁵Nas Eleições Gerais de 2018 passamos a contar também com Áurea Carolina (PSOL-MG), Vivi Reis (PSOL-PA) e Taliria Petrone (PSOL-RJ). Em 2022, essa representação aumentou para nove: Daiana Santos (PCdoB-RS), Denise Pessoa (PT-RS), Carol Dartora (PT-PR), Erika Hilton (PSOL-SP), Benedita da Silva (PT-RJ), Dandara Tonantzin (PT-MG), Taliria Petrone (PSOL-RJ), Jack Rocha (PT-ES) e Marina Silva (REDE).

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015



Foto: Marcello Casal jr/Agência Brasil.



Foto: Instituto Odara.



Foto: SOS Corpo.



Foto: Instituto Odara. | Luisa Bairros, Sueli Carneiro e Vilma Reis.

03. AS MÍDIAS NEGRAS E A COMUNICAÇÃO FEMINISTA NEGRA FRENTE ÀS DISPUTAS DE PODER POLÍTICO-INSTITUCIONAL

A partir de uma crítica à democracia seletiva - nunca plenamente vivenciada pelo povo negro -, esta análise parte do marco do sufrágio de 1932 para compreender como veículos como o Jornal Quilombo (1944), o Nzinga Informativo (1985-1989), o Portal Geledés (1997), o coletivo Blogueiras Negras (2012), Revista Afirmativa (2014) e o jornal Comunica GRUMAP (2018) operam como ferramentas de denúncia, resistência e formulação de um projeto político radicalmente comprometido com a vida das mulheres negras. Ao longo das décadas, essas mídias tensionaram os silêncios históricos e ampliaram os horizontes de representação, denunciando a sub-representatividade e afirmando novas possibilidades de presença nos espaços de decisão.

Em 24 de fevereiro de 1932, o movimento sufragista brasileiro conquistou o direito ao voto para as mulheres. O Decreto n.º 21.076 estabelecia que somente as mulheres alfabetizadas poderiam votar. Ainda que os dados sobre educação com amostragem racial e de gênero sejam escassos ou inexistentes para o período supracitado, não seria um equívoco afirmar que, menos de 50 anos após a abolição da escravidão do Brasil, o acesso à educação de forma plena ainda não era uma realidade para a maioria das mulheres negras.

Não à toa, inúmeros coletivos e associações já se organizavam, tanto para oferecer cursos de alfabetização e formação política - a exemplo da Frente Negra Brasileira (FNB) e, posteriormente, o Teatro Experimental do Negro (TEN) -, quanto para lutar pela democratização do acesso à educação para a população negra. Apenas com a Constituição de 1988 - um século após a abolição - o direito à educação para toda a população foi formalmente reconhecido como um dever do Estado.

Nesse cenário de exclusão, mas também de mobilização política, a comunicação emerge como uma ferramenta estratégica de resistência e reivindicação. As mídias

negras passaram a desempenhar um papel fundamental na denúncia das desigualdades e na articulação das vozes que constroem coletivamente um projeto político voltado à equidade racial e de gênero.





assinada por Maria Nascimento, uma das poucas mulheres negras a escrever regularmente na imprensa da época. A coluna abordava temas como os direitos das trabalhadoras domésticas, educação e o cotidiano atravessado por múltiplas formas de opressão, trazendo uma perspectiva crítica sobre a condição das mulheres negras no Brasil em meados do século XX. “Fala a Mulher” representava não apenas um espaço de expressão feminina, mas também uma ferramenta política de contestação e visibilidade em um ambiente amplamente masculinizado, inclusive no próprio movimento negro.

Para saber mais e acessar todas as edições do jornal Quilombo, acesse: www.ojornalquilombo.com.br. O site foi desenvolvido pela pesquisadora Julia Fernandes, em 2020, para o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Quilombo: “vida, problemas e aspirações do negro”

Com dez edições publicadas entre os anos de 1948 e 1950, o jornal Quilombo foi um periódico impresso organizado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) e dirigido por Abdias do Nascimento. Os textos, de forma engajada e combativa, denunciavam o racismo vivenciado pela população negra brasileira, apresentavam as ações protagonizadas pelo TEN, valorizavam a cultura produzida pela comunidade negra e promoviam debates sobre cidadania, educação, arte e participação política.

O cenário político-eleitoral do Brasil também era assunto recorrente no periódico. O próprio Abdias do Nascimento costumava assinar textos que chamavam a atenção para assuntos como democracia, direitos, eleições e a importância do voto em candidatos negros comprometidos com os direitos da comunidade. Naquele momento, o termo comumente utilizado no periódico para se referir à população negra era “homens de cor” - termo utilizado de forma generalista para homens e mulheres - e as publicações não apresentavam, até onde se pode perceber, a defesa explícita de uma agenda de protagonismo feminino negro nas disputas por poder político.

Dentre as colunas que estampavam as páginas do jornal, destaca-se “Fala a Mulher” - ou “Escreve a Mulher” -,





Nzinga Informativo

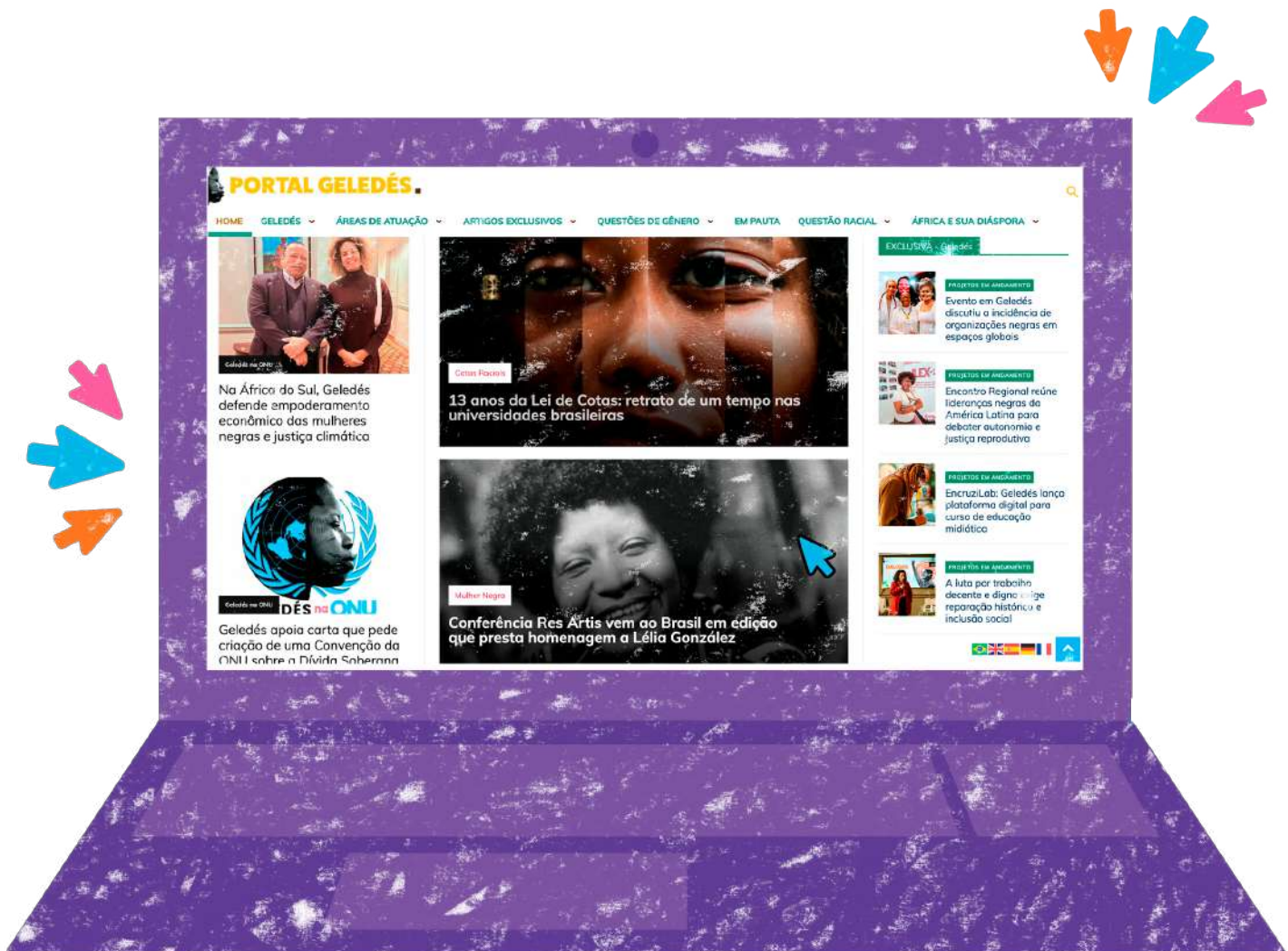
Criado pelas ativistas do Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras, o Nzinga Informativo foi uma mídia feminista negra que teve cinco edições publicadas entre 1985 e 1989. O boletim abordava temas como racismo, sexismo, direitos das mulheres negras, saúde, trabalho e participação política. Suas páginas funcionavam como espaço de articulação e visibilidade para experiências coletivas e individuais de mulheres negras em diferentes territórios, fortalecendo a construção de um projeto político pautado pela autonomia, justiça social e combate às opressões interseccionadas. Os textos publicados nunca eram assinados - talvez como uma forma de demonstrar o caráter coletivo que orientava as produções.

Dentre os conteúdos apresentados pelo Nzinga, destaca-se a coluna "Mulheres Negras e Guerreiras", que trazia ao conhecimento do público histórias de lideranças políticas negras, como Benedita da Silva - única mulher negra eleita deputada federal constituinte, em 1988 - e as sul-africanas Winnie Mandela e Zindzi Mandela - ativistas pelo fim do regime do *Apartheid*. Além da visibilidade que o espaço criava para essas mulheres, a coluna também contribuía para a criação e o fortalecimento de imaginários acerca do protagonismo de mulheres negras em espaços de poder, reafirmando suas presenças e atuações como legítimas e necessárias. Ao apresentar figuras como Benedita da Silva, Winnie Mandela e Zindzi Mandela, o boletim não apenas informava, mas produzia referências simbólicas,

capazes de inspirar novas gerações de ativistas e disputar narrativas, tanto no interior dos movimentos sociais, quanto nos espaços da política institucional.

Ao menos na edição de número 4, publicada no período de Julho/Agosto de 1988, também é possível encontrar a coluna "Aconteceu... Acontecendo...", que apresentava um apanhado das movimentações políticas promovidas por coletivos, a exemplo de encontros, debates, exposições e lançamentos de livros. Na mesma coluna, uma seção intitulada "O que andam fazendo nossos deputados negros", que elencava algumas das principais propostas e intervenções articuladas por deputados negros e negras em exercício. Essa seção revela o esforço do boletim em acompanhar a atuação de representantes negros no legislativo, promovendo uma vigilância cidadã que informava, cobrava e reconhecia a importância de sua atuação nos espaços institucionais. Ao reunir informações sobre projetos de lei e posicionamentos de parlamentares negros e negras, o Nzinga Informativo fortalecia a ideia de que a representação política deve ser acompanhada de compromisso com a agenda combate ao racismo e igualdade de gênero, estimulando suas leitoras a exercerem um olhar crítico e engajado sobre os processos políticos em curso.

Saiba mais sobre o Nzinga Informativo em: <https://medium.com/@demode/nzinga-informativo-a-imprensa-feminista-feita-por-negras-e-para-negras-87eeabed6271>. O artigo apresenta algumas das reflexões levantadas pela pesquisadora Viviane Gonçalves Freitas, em sua tese de doutorado intitulada "DE QUAL FEMINISMO ESTAMOS FALANDO? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010", apresentada em 2017 ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).



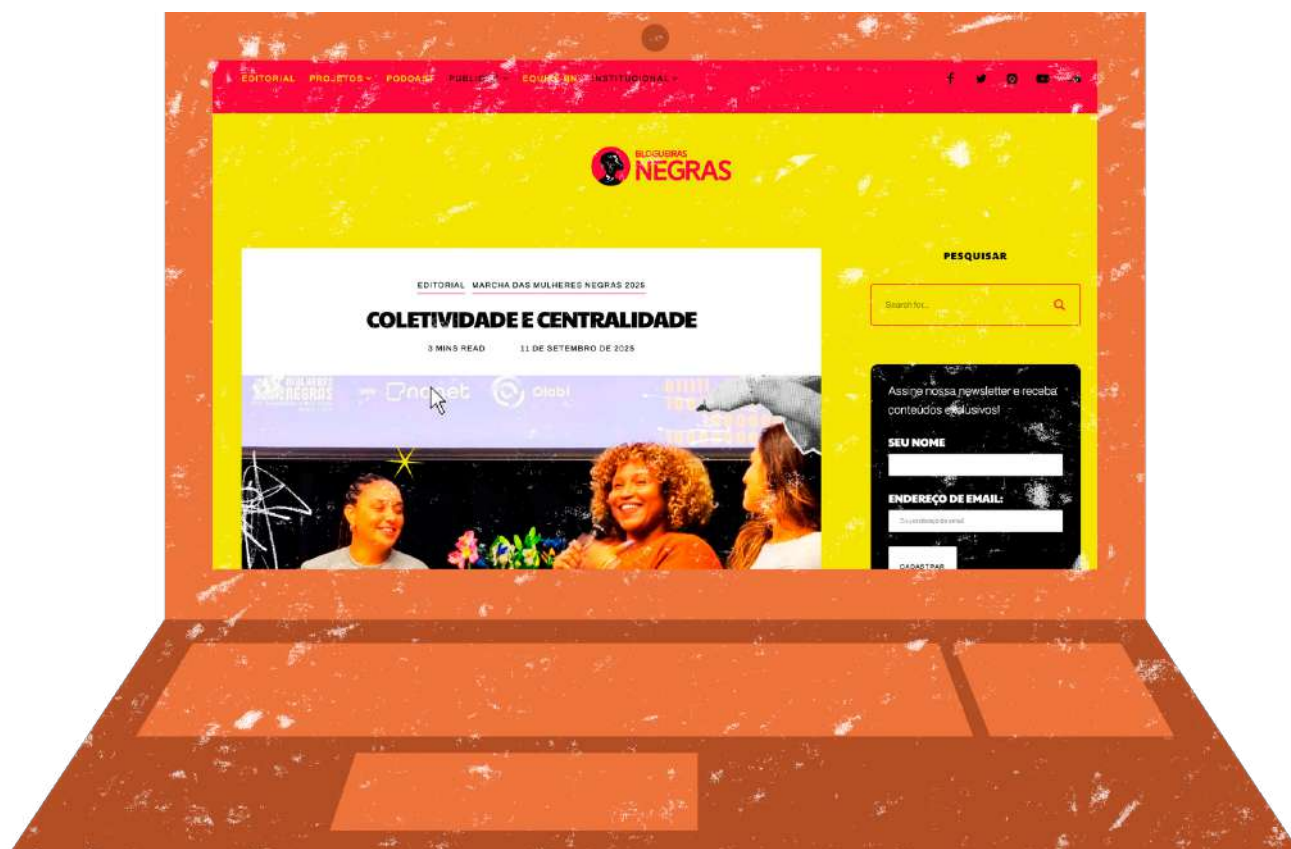
Portal Geledés

Lançado em 20 de novembro de 1997, o Portal Geledés foi inicialmente idealizado com o objetivo de divulgar as ações realizadas pelo Geledés Instituto da Mulher Negra. Quase 30 anos depois, o site é um dos principais veículos de mídia negra do país, servindo como referência e fonte de pesquisa sobre temáticas diversas, sobretudo no campo da produção de conhecimento sobre questões raciais e de gênero. Com periodicidade diária, o portal apresenta matérias factuais, artigos e ensaios críticos, entrevistas, documentos institucionais e textos colaborativos.

Criado no seio de uma organização de mulheres negras, Geledés mantém como um dos eixos centrais de suas narrativas as disputas por poder protagonizadas por mulheres negras em suas múltiplas frentes de atuação. Ao pesquisar pelo termo “eleições” no campo de busca disponível no site, por exemplo, nota-se que a maioria dos conteúdos publicados são focados na experiência da participação política das mulheres negras, abordando temas como: dados sobre o número de candidatas e eleitas; violência política racial e de gênero; potencialidades e desafios da ocupação de cargos políticos eletivos.

Por seu compromisso com a produção e a circulação de conteúdos que localizam as mulheres negras no centro do debate político-institucional, Geledés assume um posicionamento crítico e engajado diante das disputas de poder no Brasil. O portal se referencia nas lutas históricas dos movimentos de mulheres negras e se constitui enquanto um canal estratégico de comunicação, com credibilidade, autonomia e criticidade.

Acesse geledes.org.br e conheça o Portal Geledés.



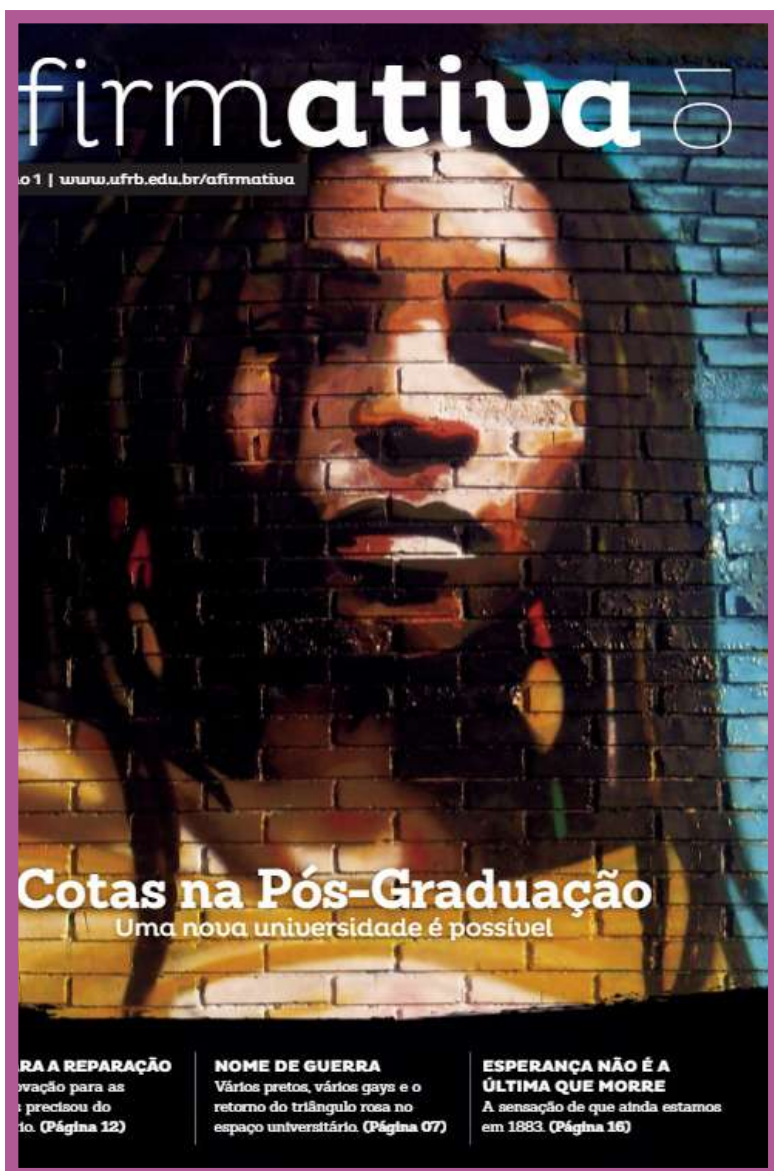
Blogueiras Negras

Fundada em 2012, Blogueiras Negras (BN) é uma organização de mídia negra que atua nas frentes de Comunicação e Tecnologia, Articulação e Pesquisa. Reúne uma rede com mais de 200 mulheres negras autoras, engajadas na produção de conteúdos que articulam negritude e feminismo, denunciando as opressões que incidem sobre as mulheres negras e valorizando experiências positivas em diversos campos do conhecimento e da atuação política e social. Por meio de uma plataforma online, BN promove a disputa de narrativas sobre o protagonismo feminino negro, em que as mulheres negras se apresentam como autoras de suas próprias lutas e histórias.

Gestada por uma equipe majoritariamente feminina e nordestina, a plataforma se utiliza da escrita para construir e fortalecer imaginários que rompem com a lógica branca e com a centralidade do eixo Sul-Sudeste enquanto referência hegemônica na produção de comunicação. Para além dos temas abordados, os modos de fazer comunicação praticados pelas Blogueiras Negras também se distanciam das estruturas tradicionais de mídia, valorizando a escrita coletiva, o compartilhamento de vivências, a escuta entre pares e a autonomia editorial como estratégias políticas. Deslocando-se dos centros tradicionais de poder narrativo, Blogueiras Negras amplia o campo da representatividade e afirma outras epistemologias e perspectivas políticas produzidas por mulheres negras em seus próprios territórios.

Conheça Blogueiras Negras em blogueirasnegras.org/.





Revista Afirmativa

Em 2014, a Revista Afirmativa surgiu de um incômodo compartilhado por um grupo de estudantes negras e negros do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Não se vendo representados nas pautas debatidas na academia, tampouco nas manchetes dos veículos da mídia hegemônica, o grupo teve a ideia de criar uma mídia independente que rompe com a ideia de imparcialidade, se posicionando contra o racismo, o machismo, a LBTQIAPN+fobia e violências sistêmicas correlatas.

Com o slogan “Somos nós, falando de nós, para todo mundo”, a Revista ultrapassou os muros da universidade, somou-se aos movimentos negros e movimentos de mulheres negras e assumiu a tarefa política de disputar narrativas e construir uma memória que, na mesma medida, denuncia as violações de direitos e valoriza as lutas e conquistas da população negra brasileira. Após 11 anos no ar, a Revista Afirmativa conta com três edições impressas e mantém um portal online com publicações diárias de matérias e reportagens especiais sobre as principais editoriais, sempre articulando as discussões com as agendas dos movimentos políticos.

Entre os temas de destaque, ganha centralidade a cobertura das disputas por poder político-institucional travadas por mulheres negras em todo o país. A Revista acompanha candidaturas, mandatos coletivos e iniciativas de incidência política, sempre buscando evidenciar a dimensão coletiva dessas experiências e os atravessamentos de raça, gênero e território. Os textos procuram contextualizar as trajetórias dessas mulheres, apresentar suas propostas e fortalecer a legitimidade de suas presenças em espaços historicamente brancos, masculinos e elitistas.

Acesse revistaafirmativa.com.br/ e saiba mais sobre a Revista Afirmativa.





Comunica GRUMAP

Sediado em Salvador (BA), o Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (GRUMAP) produz e publica, desde 2018, o informativo impresso Comunica GRUMAP. A partir de 2021, a organização criou um podcast mensal homônimo, com circulação no YouTube e em carros de som que percorrem a comunidade sempre que um novo episódio é lançado. Ambas as mídias trazem como temas centrais o Bem Viver e a defesa do direito à educação, transitando ainda por temas como juventudes negras, saúde mental, direitos das crianças e adolescentes e, anualmente, é produzida uma edição especial sobre o Julho das Pretas - agenda política do movimento de mulheres negras do Brasil.

Com caráter comunitário e ativista, o Comunica GRUMAP se consolida como ferramenta de mobilização e formação política no território, alinhada ao projeto político dos movimentos de mulheres negras e comprometida com o enfrentamento das estruturas que sustentam o racismo e o sexismo.

Durante as eleições gerais e municipais, o GRUMAP, através de suas mídias, se utiliza de elementos da comunicação popular, produzida em proximidade e a partir dos diálogos com a comunidade do Alto das Pombas, para promover reflexões acerca dos processos democráticos e do voto

consciente. Articulando críticas ao modus operandi da democracia burguesa e à recorrente negação de direitos à população negra — independentemente de governos de direita ou de esquerda —, o informativo e o podcast Comunica GRUMAP reforçam uma perspectiva de poder construída cotidianamente nas lutas e experiências coletivas do território. Suas narrativas convocam o voto em mulheres negras e pautam o voto racial como estratégia de enfrentamento ao racismo e de afirmação de novos projetos políticos baseados no Bem Viver, na justiça social e na autonomia das comunidades negras.

Para ter acesso aos materiais da Grumap, acesse linktr.ee/grumapadp.

Comunicação como método de incidência política

Jornal Quilombo, Nzinga Informativo, Portal Geledés, Blogueiras Negras, Revista Afirmativa e Comunica GRUMAP não se constituem como iniciativas isoladas, mas como desdobramentos das lutas travadas por organizações negras e, em especial, por organizações de mulheres negras. Operando uma comunicação que retroalimenta os processos de incidência política, as mídias negras e a comunicação feminista negra se afirmam como frentes ativas nas disputas de poder político-institucional no Brasil. A análise dessas experiências evidencia que, para os movimentos de mulheres negras, a comunicação não é acessória, é parte constitutiva do projeto político em curso. São práticas comunicacionais que se fazem como ato político, trazendo as agendas políticas não apenas como pauta, mas como forma, método e prática de disputa. Essas mídias afirmam outras formas de fazer política, a partir da escuta coletiva, do território, da crítica às estruturas de poder e da centralidade das mulheres negras na formulação de novos futuros possíveis.

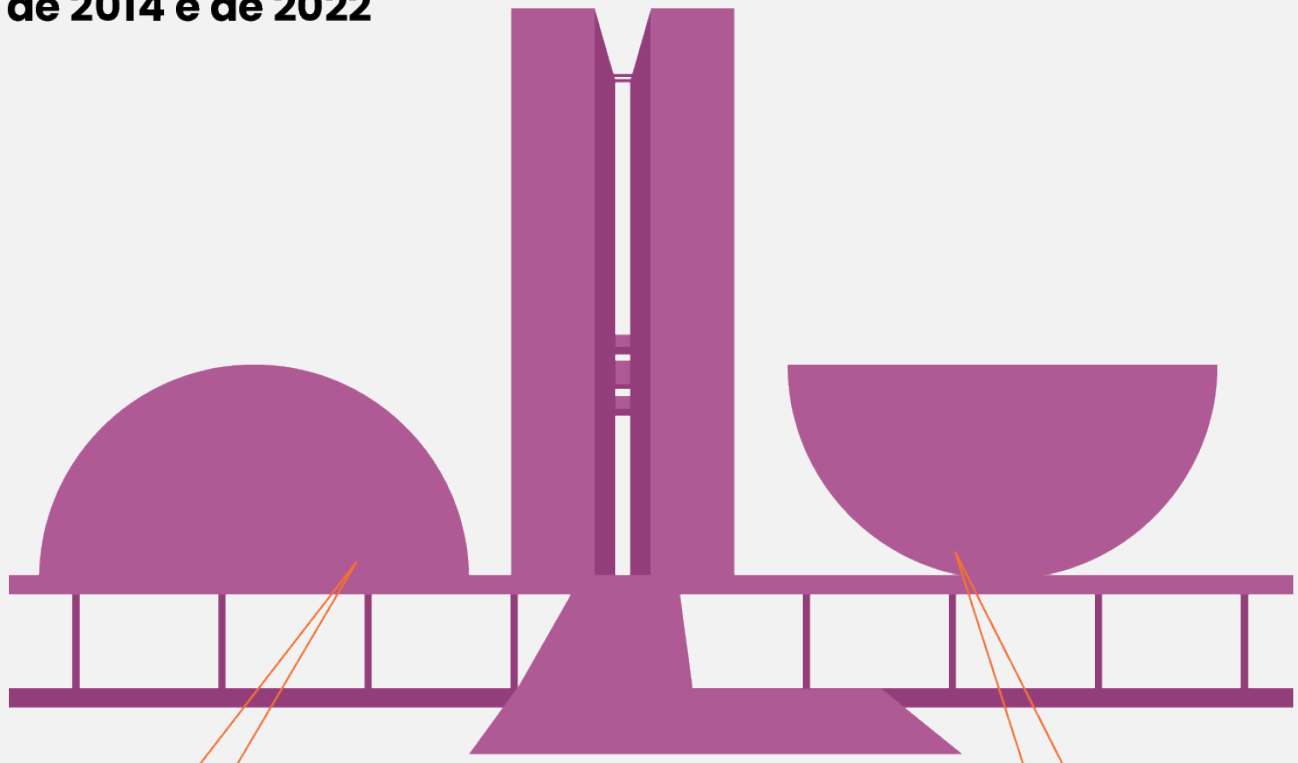
04. DESAFIOS DA ARQUITETURA POLÍTICA E ESTRATÉGIAS DE JORNALISMO PARA O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NOS ESPAÇOS DE TOMADA DE DECISÃO

Apresentamos a seguir um infográfico sobre a ocupação das mulheres negras nos espaços de tomada de decisão no Brasil a partir das Eleições Gerais de 2014 e Eleições Municipais de 2016 - entre o marco de realização da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver; e as Eleições Gerais de 2022 e as Eleições Municipais 2024, cerca de uma década depois, com o reconhecimento de ser este o período da estruturação do ecossistema de organizações políticas em defesa da participação política institucional de mulheres negras nos espaços de tomada de decisão e enfrentamento à Violência Política de Raça e Gênero - demarcada em especial a partir do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em 2018, no Rio de Janeiro.

O número de mulheres autodeclaradas negras eleitas cresceu, mas continua bem longe da paridade populacional e caminhando a passos lentos. As mulheres negras são 28,5% da população brasileira (IBGE, 2022), mas, em 2025, ocupam 7,1% das cadeiras de tomada de decisão no Brasil - conforme os dados das Eleições Gerais de 2022 e das Eleições Municipais de 2024. Em 2016 essa taxa era de 4,8%. Em uma década, a taxa de crescimento foi de 2,3%.



Eleições Gerais de 2014 e de 2022



Senado | 27 vagas no pleito

2014: eleitas 4 mulheres brancas e 1 negra



2022: eleitas 4 mulheres brancas



Governos estaduais | total de 27

2014: 1 mulher eleita, nenhuma negra



2022: 2 mulheres eleitas (1 negra e 1 branca)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Câmara dos Deputados | 513 cadeiras

2014: 41 mulheres brancas e 10 negras



2022: 58 mulheres brancas, 29 negras e 4 indígenas



Assembleias Legislativas | 1.035 cadeiras

2014: 79 mulheres brancas e 35 negras

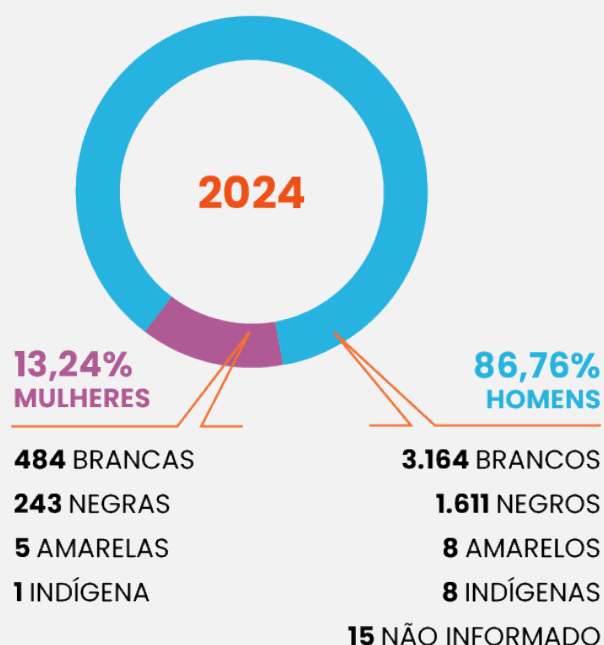
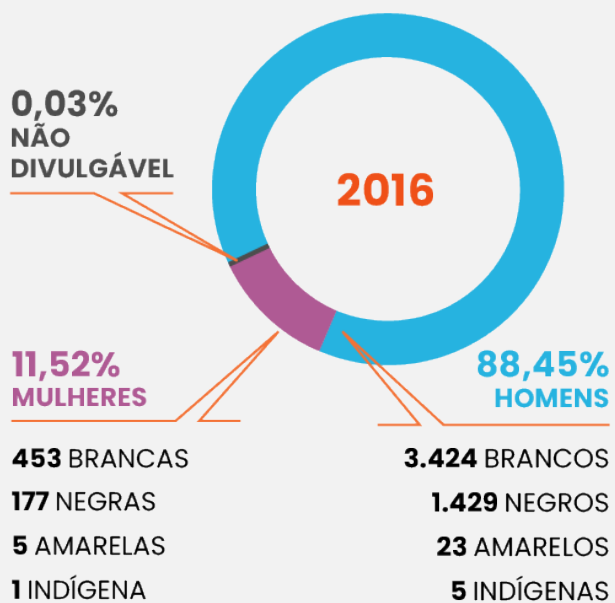


2022: 112 mulheres brancas, 73 negras, 1 indígena e 1 amarela

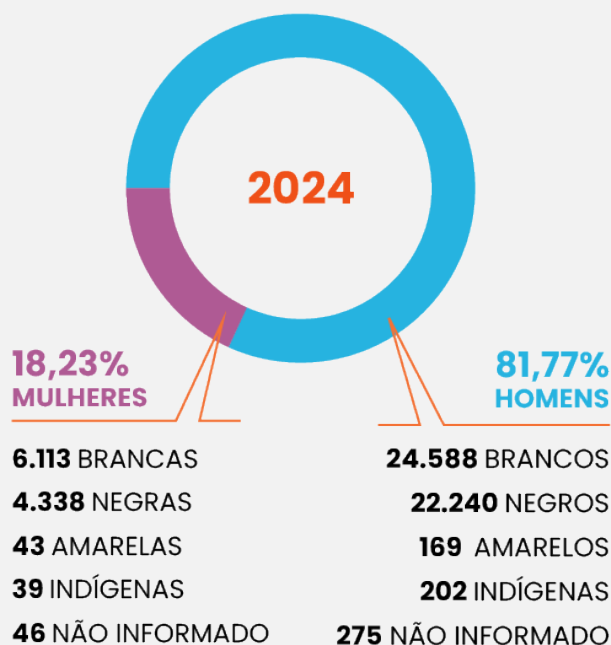
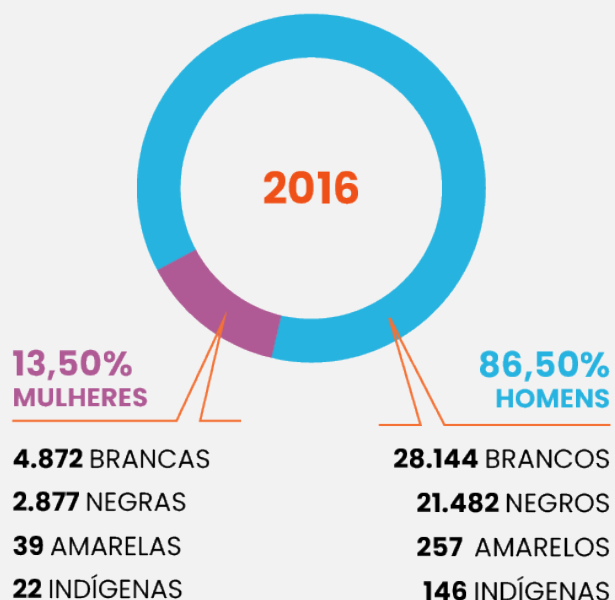


Ocupação das Prefeituras e Câmaras de Vereadores em 2016 e 2024

Prefeituras:



Câmaras de vereadores:



PESQUISA

Com objetivo de compreender os principais desafios enfrentados por profissionais de jornalismo e as estratégias possíveis para o fortalecimento da participação de mulheres negras nos espaços de tomada de decisão, o Mulheres Negras Decidem (MND), em parceria com a Revista Afirmativa, realizou um mapeamento que coletou respostas de 28 jornalistas que atuam ou já atuaram na editoria de política em todas as regiões do país. O questionário buscou investigar como esses profissionais têm percebido e abordado a participação política de mulheres negras que ocupam cargos institucionais, com foco nos processos de cobertura jornalística, enquadramentos e representações. O formulário utilizado está disponível ao final da cartilha.

A consulta registrou uma participação significativa de mulheres cisgênero e de pessoas negras (pretas e pardas), com representação de 82,1% para cada grupo de respondentes. Pessoas brancas representaram 17,9% das respostas. A participação de homens cisgêneros foi de 14,3% e de pessoas não binárias 3,6%. No que diz respeito ao território, jornalistas da região Sudeste somaram aproximadamente 42,9% dos respondentes, seguidos por Nordeste (28,6%), Centro Oeste (17,9%), Norte (7,1%) e Sul (3,6%). No campo sobre tempo de experiência com a editoria de política, 60,7% declarou ter mais de 6 anos de atuação na área, seguidos por profissionais com 1 a 3 anos de experiência (21,4%); 4 a 6 anos (14,3%) e menos de 1 ano (3,6%). Todas as respostas foram cedidas de forma anônima.

QUANDO AS MULHERES NEGRAS FALAM?

Em uma pergunta de múltipla escolha, foi solicitado que jornalistas indicassem os tipos de mídia onde atuam e a maior parte das respostas se concentrou em “Mídia de Causas e/ou independente” e “Mídia corporativa”, com 46,4% cada. Embora a consulta permitisse a seleção de mais de uma opção, apenas um dos participantes marcou as duas alternativas. A partir desse dado, revelaram-se algumas diferenciações de abordagem, mas também alguns padrões de perspectiva editorial sobre a cobertura do projeto político das mulheres negras. Quando perguntados se o veículo no qual atuam valoriza as pautas das mulheres negras na política, mais da metade das pessoas do primeiro grupo (53,8%) afirma que “Sim, é uma prioridade”, enquanto o mesmo percentual de respondentes do segundo grupo percebe que “Não é prioridade, mas há abertura”.

Quanto à frequência da produção de matérias com parlamentares negras, porém, não há diferença significativa: 75% das respostas para ambos os tipos de mídia se concentrou entre “Ocasionalmente (algumas vezes por ano)” e “Raramente (1 ou 2 vezes por ano)”, demonstrando que, mesmo em veículos onde há algum

reconhecimento da importância do tema, a cobertura ainda não é constante.

“Quando há espaço editorial, ainda assim sinto falta do incentivo editorial para produção de matérias com esse foco”, revelou uma das fontes.

A consulta mapeou também a procura por parlamentares negras como fontes para matérias sobre política. 75% dos profissionais afirmaram acioná-las, e 60,7% indicaram que costumam trazê-las como fonte principal nos materiais jornalísticos produzidos. Direitos humanos, educação e cultura são, respectivamente, as pautas para as quais essas parlamentares mais costumam ser procuradas. Os dados indicam um avanço na valorização de parlamentares negras como fontes qualificadas, especialmente em pautas ligadas à justiça social. Ao mesmo tempo, sugerem um enquadramento que ainda restringe sua atuação a determinados temas, refletindo limites na forma como sua presença política é percebida e representada na imprensa.



RESISTÊNCIA EDITORIAL

Dentre jornalistas que atuam em veículos da mídia corporativa, 53,8% respondeu já ter lidado com algum tipo de resistência editorial ao propor pautas sobre parlamentares negras. Ao serem perguntados sobre os principais desafios para cobrir o projeto político das mulheres negras, esse aspecto foi ainda mais evidenciado. Um dos depoimentos ilustra bem esse cenário:

“Sempre que sugestões envolvendo discussões de gênero ou raça surgem, a impressão que tenho é que há a resistência da publicação do conteúdo sob o argumento de ‘militância’ ou de ‘os nossos leitores podem não se identificar ou gostar’”.

A fala demonstra como certas decisões editoriais ainda são atravessadas por uma lógica que trata temas ligados às mulheres negras como segmentados ou pouco relevantes para o noticiário político. Em vez de reconhecer a centralidade dessas pautas para o debate democrático, o que se observa é um silenciamento estruturado, sustentado por uma ideia de neutralidade, que toma a branquitude e o masculino como norma. Como afirma Grada Kilomba (2019), “a branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os ‘Outras/os’ raciais ‘diferem’. Nesse sentido, não se é ‘diferente’, torna-se ‘diferente’ por meio do processo de discriminação”.

SUB-REPRESENTAÇÃO NA POLÍTICA INSTITUCIONAL

Além da resistência editorial, outro desafio apontado pelos jornalistas foi a baixa representação de mulheres negras na política institucional, o que impacta diretamente a visibilidade de suas atuações, propostas e perspectivas nos noticiários. Segundo as fontes da consulta, esse cenário dificulta não apenas a construção de pautas, mas também o interesse das chefias editoriais em aprová-las. Para muitos profissionais, a cobertura segue condicionada por uma lógica que naturaliza a centralidade de certos sujeitos — em geral, homens brancos — como protagonistas da política. **“Ainda há muito a ideia de que essas personagens são pouco relevantes, ou que o espaço delas é menor nos espaços políticos em detrimento aos grandes personagens políticos”**, explica uma das fontes.

CAMINHOS PARA UMA COBERTURA MAIS ENGAJADA

Diante dos obstáculos enfrentados por profissionais da comunicação na cobertura política de mulheres negras, os próprios jornalistas que responderam à consulta apontaram alternativas capazes de fortalecer esse trabalho e contribuir para a construção de práticas mais comprometidas com a justiça racial e de gênero. Entre as principais sugestões, destacam-se a criação de guias e manuais com abordagem interseccional, bancos de dados com fontes e personalidades negras por estado e editoria, além de *newsletters* com sugestões de pauta.

Também foram mencionadas propostas como a ampliação do acesso às informações sobre mandatos, agendas parlamentares, projetos de lei e pesquisas relacionadas aos temas que essas mulheres defendem.

“Maior contato com assessorias de imprensa de parlamentares negras, acesso a projetos legislativos, de propostas de políticas públicas nos quais estejam trabalhando, agendas, pesquisas sobre temas vinculados a direitos humanos, saúde das mulheres e educação ou outros temas que estejam trabalhando e queiram dar visibilidade para poder pensar em maiores pautas jornalísticas”, sugeriu uma das fontes.

Outras estratégias dizem respeito à construção de relações mais diretas e contínuas com assessorias de imprensa, o que poderia facilitar o fluxo de informações e fomentar uma cobertura mais qualificada. A formação de redes entre jornalistas negras e o estímulo a veículos comprometidos com a diversidade de vozes também são apontados como caminhos relevantes.

As propostas indicadas pelos profissionais revelam que a construção de uma cobertura mais engajada e responsável passa não apenas por mudanças internas nas rotinas das redações, mas também por um esforço coletivo de articulação, produção e circulação de informações que confirmem centralidade à atuação política das mulheres negras. A partir dessas estratégias práticas, é possível fortalecer a disputa de sentidos no campo da comunicação e ampliar a legitimidade dessas narrativas no debate público.



5. ESTUDOS DE CASO

A DISPUTA DE NARRATIVA SOBRE MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA

Este tópico propõe uma análise comparativa do enquadramento e envelopamento de duas matérias jornalísticas sobre mulheres negras na política, destacando como as escolhas editoriais e as diferentes abordagens podem influenciar a percepção pública sobre as disputas por poder político-institucional protagonizadas pelas mulheres negras.

O jornalismo não se limita a transmitir informações: é também um espaço de disputa de sentidos, visibilidade e poder. Por isso, é fundamental compreendê-lo como uma prática que pode tanto reproduzir quanto enfrentar as desigualdades existentes. Num cenário em que a sub-representação de mulheres negras no poder convive com altos índices de violência política racial e de gênero, refletir sobre o papel do jornalismo na construção dessas narrativas torna-se uma tarefa urgente.

De acordo com o Monitor da Violência Política de Gênero e Raça 2021/2023, publicado pelo Instituto Alziras em 2024, 58% das prefeitas brasileiras em exercício durante o período, relataram ter sofrido violência política de gênero. O monitoramento apontou ainda que 98% das parlamentares negras que foram candidatas nas eleições de 2020 afirmaram ter sido vítimas da violência política de gênero e raça.

Segundo Patrícia Hill Collins (2019), as mulheres negras desenvolvem formas próprias de conhecimento a partir de suas lutas coletivas, o que demanda uma cobertura que valorize essas vozes e promova justiça. Um olhar crítico sobre como suas histórias são contadas contribui para a construção de narrativas mais justas e fortalecedoras.

▶ O que é enquadramento?

Enquadramento, ou *framing*, é um dos principais conceitos nos estudos de mídia e comunicação e se refere às escolhas narrativas e discursivas feitas por quem comunica, com o objetivo de enfatizar ou minimizar determinados aspectos da realidade apresentada, “de forma a promover uma definição do problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento” (ENTMAN, 1993).

Para analisar o enquadramento de um conteúdo jornalístico, pode-se refletir sobre perguntas como:

- O que é incluído e o que é deixado de fora?
- Quem são as fontes ouvidas?
- Qual o foco? Conflito? Emoção?
- Quais palavras e metáforas são utilizadas?

▶ O que é envelopamento?

Outro elemento importante na análise crítica do jornalismo é o **envelopamento**. O termo se refere ao conjunto de escolhas visuais, textuais e editoriais que moldam a apresentação de uma matéria - como título, imagens, legendas, disposição gráfica e tom da linguagem. Essas escolhas podem influenciar como o público compreende a informação. O envelopamento atua, portanto, como uma camada estética e discursiva que pode intensificar, suavizar ou redirecionar sentidos.

Algumas perguntas que podem orientar uma análise de envelopamento no contexto da cobertura do projeto político das mulheres negras:

- O título e subtítulos provocam uma interpretação específica?
- Qual é o tom da linguagem utilizada?
- Quais recursos multimídia são usados (imagens, vídeos, infográficos, links)? Com quais finalidades?
- Quem aparece nas imagens e como essas pessoas estão retratadas?
- Há símbolos ou expressões visuais que reforçam estereótipos?
- O veículo oferece contexto suficiente ou opta por um recorte superficial?

COLOCANDO EM PRÁTICA

Exemplo 1: “[Na mira do Conselho de Ética, deputadas criam frente parlamentar feminista](#)” | Texto publicado na editoria de política da Veja online.

• ENQUADRAMENTO

- O que é incluído e o que é deixado de fora?

A matéria trata da criação da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular, mas o enquadramento principal recai sobre a denúncia apresentada contra as parlamentares, deslocando o foco do processo histórico de organização coletiva que fundamenta a criação da Frente. A narrativa privilegia o aspecto reativo da ação política - como uma resposta à ameaça de responsabilização ética - em detrimento de contextualizações mais amplas sobre a sub-representação de mulheres negras na política institucional e seus esforços de articulação.

- Quem são as fontes ouvidas?

A única fonte consultada é Lígia Batista, então diretora-executiva no Instituto Marielle Franco. Ainda que sua fala traga elementos fundamentais sobre a importância de frentes parlamentares comprometidas com a justiça social, a ausência de outras vozes - especialmente das próprias deputadas envolvidas ou de especialistas em representação política - enfraquece a pluralidade do texto. A posição da ativista entrevistada também pode ser percebida como parcial por leitores mais alinhados a um posicionamento político de direita, o que pode comprometer a recepção da mensagem e reforçar interpretações distorcidas sobre a legitimidade da Frente.

- Qual o foco? Conflito? Emoção?

O foco do texto é construído em torno do conflito entre as parlamentares e os órgãos de controle institucional. A criação da Frente é apresentada como uma reação à

denúncia no Conselho de Ética, o que pode sugerir ao público uma manobra política para a autoproteção. Essa narrativa tende a tirar de foco o caráter propositivo e estrutural da Frente, deslocando o eixo da discussão da política institucional para o campo da suspeição individual, o que enfraquece a compreensão sobre as motivações coletivas e históricas que orientam a ação das parlamentares.

- Quais palavras e metáforas são utilizadas?

Termos como “na mira do Conselho de Ética” e o destaque à denúncia, constroem um enquadramento centrado no risco e na desconfiança, em vez de valorizar o ato político como resposta legítima à exclusão histórica de mulheres negras nos espaços institucionais.

• ENVELOPAMENTO

- O título e subtítulos provocam uma interpretação específica?

O título da matéria conduz o público a uma leitura simplista da criação da Frente Parlamentar Feminista Antirracista com Participação Popular, apresentando-a prioritariamente como uma reação à denúncia apresentada pelo Partido Liberal (PL) ao Conselho de Ética. O subtítulo reforça essa interpretação ao mencionar o ex-presidente Jair Bolsonaro - figura que não tem relação direta com os fatos narrados - e ao destacar que as deputadas denunciadas são de esquerda. Ao associar, mesmo que indiretamente, a criação da Frente a uma disputa ideológica com figuras da extrema-direita, o subtítulo contribui para desviar o foco da pauta antirracista e feminista que orienta a articulação, esvaziando seu sentido político mais amplo.

- Qual é o tom da linguagem utilizada?

A linguagem adotada é predominantemente objetiva, com poucos adjetivos e uma estrutura típica do jornalismo hegemônico. Contudo, o tom geral revela uma crítica sutil, implícita em construções narrativas que levantam dúvidas sobre a legitimidade da iniciativa parlamentar. Isso é evidente sobretudo no título e no subtítulo, onde se insinua que a criação da Frente é motivada unicamente por interesses de autoproteção.

- Quais recursos multimídia são usados (imagens, vídeos, infográficos, links)? Com quais finalidades?

A matéria utiliza dois recursos principais: uma imagem e um hiperlink. A imagem mostra o momento em que as deputadas protestam no plenário da Câmara dos Deputados, com a função de ilustrar a cena que resultou na denúncia ao Conselho de Ética. O link redireciona para uma matéria anterior sobre a votação do marco temporal, contribuindo para situar o leitor, ainda que de forma limitada, no contexto do protesto.

- Quem aparece nas imagens e como essas pessoas estão retratadas?

As deputadas aparecem em atitude de protesto, com gestos e símbolos fortes, como as mãos pintadas de vermelho, que remetem à denúncia da violência contra povos indígenas. No entanto, a fotografia mostra as parlamentares executando diferentes ações, o que pode levar o público a interpretar o ato como algo desorganizado - fisicamente e politicamente. Embora a imagem tenha alto valor simbólico, sua força pode ser enviesada pela falta de contextualização no corpo do texto, que não traz explicações sobre o histórico de atuação das parlamentares ou os motivos do protesto.

- Há símbolos ou expressões visuais que reforçam estereótipos?

Ainda que a imagem utilizada evoque simbolismos potentes relacionados à resistência e à denúncia de injustiças, a ausência de aprofundamento pode favorecer interpretações estereotipadas, especialmente quando retratada fora de seu contexto histórico e político. Isso pode reforçar a ideia recorrente de que manifestações simbólicas feitas por mulheres são “excessivas” ou meramente performáticas.

- O veículo oferece contexto suficiente ou opta por um recorte superficial?

A abordagem é superficial. O texto limita-se a apresentar de forma breve o fato da denúncia e a criação da Frente, sem explorar o conteúdo da denúncia, os antecedentes da atuação das deputadas ou a agenda programática da organização parlamentar. A única fonte ouvida aparece deslocada em meio ao texto e sem articulação com um panorama mais amplo. E essa ausência de outras vozes, de dados e de contextualização histórica, compromete a compreensão da matéria e favorece uma leitura tendenciosa, que não aborda os sentidos coletivos, estruturais e interseccionais da ação política em questão.

Exemplo 2: [“Mulheres negras usam estratégias de quilombo na política”](#) | Texto publicado na editoria de política da Revista AzMina.

• ENQUADRAMENTO

- O que é incluído e o que é deixado de fora?

A matéria aborda as estratégias políticas de deputadas negras eleitas, que propõem uma atuação coletiva para fortalecer seus mandatos e agendas políticas. O texto traz falas das deputadas, dados sobre a ocupação de cargos político-institucionais por mulheres negras e uma contextualização do cenário político brasileiro da época em que foi publicada. Ao enfatizar a inspiração em práticas coletivas ancestrais como os quilombos, o enquadramento adotado valoriza a articulação das parlamentares como resposta legítima à sub-

representação e à violência institucional. Por outro lado, ficam de fora aspectos como os desafios enfrentados dentro dos partidos, dificuldades para financiar as campanhas políticas e os possíveis desdobramentos legislativos das estratégias adotadas.

- Quem são as fontes ouvidas?

O texto traz uma diversidade de fontes, como as então deputadas Erica Malunguinho, Leci Brandão e Andreia de Jesus; a doutora em História Mariléa de Almeida; e a gestora do Núcleo de Consciência Negra na Universidade de São Paulo (USP), Maria José Menezes. Elas falam sobre as estratégias de atuação coletiva, os desafios enfrentados por mulheres negras na política institucional e os fundamentos históricos e culturais que sustentam essas práticas. As falas estão bem amarradas e conectadas ao conteúdo apresentado no texto.

- Qual o foco? Conflito? Emoção?

O foco da matéria é a articulação política entre as deputadas frente aos desafios estruturais que se apresentam na ocupação de cargos institucionais. O conflito colocado aqui é justamente a imposição desses desafios - como a sub-representatividade, a deslegitimação dos corpos das mulheres negras nesses espaços e o cenário político nacional desfavorável - e as propostas de resolução construídas a partir da coletividade, da ancestralidade e de formas alternativas de exercer o poder, inspiradas nas experiências dos quilombos. A emoção está presente sobretudo nos relatos pessoais e na afirmação da luta como continuidade de um legado.

- Quais palavras e metáforas são utilizadas?

A matéria utiliza palavras e metáforas que remetem à ancestralidade, à coletividade e à proteção mútua como estratégias de atuação política. A principal metáfora é a do quilombo, usada para descrever um espaço de cuidado, resistência e elaboração conjunta de ações entre as parlamentares negras. O termo aparece diretamente na fala da deputada Erica Malunguinho, quando aborda a necessidade de criar espaços e estratégias de sobrevivência, afeto e cuidado coletivo. A ancestralidade também é citada como fonte de força e inspiração, conectando o fazer político atual com saberes e práticas de resistência históricas das populações negras. Essas escolhas reforçam um enquadramento que valoriza a dimensão coletiva da política feita por mulheres negras.

• ENVELOPAMENTO

- O título e subtítulos provocam uma interpretação específica?

O título da matéria faz referência ao quilombo como uma metáfora para a atuação política das mulheres negras eleitas, sinalizando desde o início que a reportagem irá abordar estratégias coletivas

de resistência. Ao utilizar um termo historicamente associado à luta e à sobrevivência dos povos negros, o título já orienta a leitura para uma compreensão positiva e potente da articulação entre essas parlamentares. O subtítulo complementa essa perspectiva ao destacar que as mulheres negras eleitas vêm ocupando espaços legislativos em diferentes níveis e propõem uma atuação coletiva, em diálogo com a sociedade civil e movimentos sociais. Juntos, título e subtítulo direcionam a interpretação do público para o entendimento de que as estratégias políticas de transformação social de parlamentares negras são fundamentadas na valorização da coletividade e ancestralidade.

- Qual é o tom da linguagem utilizada?

A linguagem adotada é predominantemente expositiva, com foco na descrição dos fatos e contextualização política. O texto se apoia em falas de fontes diretas para construir a narrativa, evitando adjetivações ou juízos de valor explícitos. O tom é sóbrio e informativo, alinhado a uma proposta de cobertura jornalística que busca evidenciar a atuação institucional das parlamentares negras por meio de dados e depoimentos qualificados.

- Quais recursos multimídia são usados (imagens, vídeos, infográficos, links)? Com quais finalidades?

A matéria utiliza imagens e hiperlinks internos como principais recursos multimídia. As imagens acompanham o texto e ajudam a ilustrar visualmente a presença das deputadas negras nos espaços institucionais. Já os hiperlinks direcionam para outras reportagens do próprio portal, ampliando o contexto e permitindo o aprofundamento em temas correlatos, como a participação de mulheres negras na política, estratégias coletivas de atuação e iniciativas antirracistas.

- Quem aparece nas imagens e como essas pessoas são retratadas?

As fotografias mostram as parlamentares citadas na matéria em situações de enfrentamento e representatividade, com destaque para poses altivas e punhos erguidos. A imagem da deputada Leci Brandão é capturada em contra-plongée (perspectiva de baixo para cima), o que contribui para reforçar simbolicamente a ideia de força, protagonismo, autoridade e ascensão dessas mulheres negras nos espaços de poder.

- Há símbolos ou expressões visuais que reforçam estereótipos?

Ao contrário de reforçar estereótipos, as expressões visuais presentes na matéria contribuem para desconstruí-los. As deputadas negras são retratadas com dignidade e potência. As imagens capturam símbolos de resistência e utilizam enquadramentos que favorecem a leitura dessas mulheres como protagonistas de seus próprios processos políticos,

rompendo com representações tradicionais que costumam associá-las à subalternidade, à vulnerabilidade ou à passividade.

- O veículo oferece contexto suficiente ou opta por um recorte superficial?

A revista oferece um contexto amplo e consistente. A matéria articula informações sobre o cenário político brasileiro, a sub-representação de mulheres negras em espaços de poder e as estratégias coletivas adotadas por essas parlamentares para fortalecer seus mandatos. Além das falas das deputadas, o texto inclui análises de pesquisadoras e ativistas, dados relevantes e links para reportagens complementares. Esse conjunto de elementos permite compreender não apenas a ação política das personagens retratadas, mas também as condições estruturais e históricas que motivam suas articulações.

O impacto das escolhas editoriais

A análise comparativa evidencia como as escolhas narrativas e visuais no jornalismo impactam diretamente a percepção pública sobre a atuação política de mulheres negras. Enquanto o primeiro exemplo tende a esvaziar o sentido coletivo e estrutural da ação parlamentar ao privilegiar o conflito institucional e limitar o contexto, o segundo constrói uma representação fortalecedora, baseada na ancestralidade, na coletividade e na legitimidade da ocupação desses espaços. Isso mostra que o jornalismo, ao definir enquadramentos e envelopamento, desempenha papel central na disputa simbólica por poder e reconhecimento.





06. REFERÊNCIAS

- BATISTTA, Iury & TERSO, Tâmara. Aposta para mudanças na cultura política brasileira: Plataformas de incentivo à representatividade nas eleições. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/plataformas-de-incentivo-a-representatividade-nas-eleicoes/#:~:text=Na%20tentativa%20de%20equilibrar%20o.e%20ser%20votado%20na%20democracia>. Acesso em: 3 de jul. 2025.
- BLOGUEIRAS NEGRAS. Blogueiras Negras. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/>. Acesso em: 7 de jul. 2025.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. Raça e eleições no Brasil. Editora Zouk, 2022.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, p. 100-122, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. cadernos pagu, p. 345-374, 2007.
- DUARTE, Andressa Mourão; BELLOC, Izabel; e BURIGO, Joanna. Linha do tempo traça conquistas de gênero e raça na política. Disponível em: <https://catarinas.info/linha-do-tempo-traca-conquistas-de-genero-e-raca-na-politica/>. Acesso em 3 de jul. 2025.
- ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. Journal of Communication, [S.l.], v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. DE QUAL FEMINISMO ESTAMOS FALANDO? Desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, 2017.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. Medium. 22 de novembro de 2016. Disponível em: <https://medium.com/@demode/nzinga-informativo-a-imprensa-feminista-feita-por-negras-epara-negras-87eeabed6271>. Acesso em: 4 de jul. 2025.
- KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 4 de jul. 2025.
- GELEDÉS - Instituto da Mulher Negra. Hoje na História, 18 de Maio de 1950, acontecia a Criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-18-de-maio-de-1950-acontecia-criacao-conselho-nacional-de-mulheres-negras-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 2 de jul. 2025.
- GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. 3.ed., rev e apli. - Salvador: EDUFBA, 2025
- MONTEIRO, Ester. Lobby do Batom: marco histórico no combate à discriminações. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/03/06/lobby-do-batom-marco-historico-no-combate-a-discriminacoes>. Acesso em: 2 de jul. 2025.
- Mulheres Negras Decidem. Mulheres negras eleitas para uma democracia com paridade de gênero e equidade racial. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/mulheres-negras-eleitas/>. Acesso em: 05 de jul. 2025.
- O Jornal Quilombo. O Jornal Quilombo. Disponível em: <https://www.ojornalquilombo.com.br/>. Acesso em: 4 de jul. 2025.
- PITANGUY, Jacqueline. Celebrando os 30 anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes. Anais do Seminário 30 anos da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, v. 30, p. 43-55, 2018.
- VIANA, Luana. Consciência Negra: vamos lembrar Laélia de Alcântara, 1ª senadora negra. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/11/20/consciencia-negra-vamos-relembrar-laelia-de-alcantara-1a-senadora-negra>. Acesso em: 10 de jul. 2025

MULHERES
NEGRAS
DECIDEM

PARCERIA TÉCNICA



APOIO IMPRESSÃO



APOIO

IBIRAPITANGA